

O ESTUDO DE *POR EXEMPLO* À LUZ DA TEORIA DA ESTRUTURA RETÓRICA

Rafaela Domingues COSTA
Universidade Federal de Minas Gerais
rafadomingues@hotmail.com

Resumo: A fim de ultrapassarmos os conhecimentos até então restritos à articulação de orações e com o objetivo de conhecer a estrutura retórica das construções de *por exemplo*, partimos, no doutorado, para o estudo da Teoria da Estrutura Retórica (RST), pois tal teoria esclareceria, em plano hierárquico de análise, a organização textual pretendida pelo produtor, a(s) proposição (ões) relacional (is) selecionada(s) e, ainda, a hipótese da equivalência entre a função semântica geral-específico e as relações retóricas propostas pela RST. Acreditamos que há construções de *por exemplo* em que a relação semântica geral-específico pode ser considerada equivalente à relação retórica de elaboração. Ainda no aspecto organizacional, buscamos nos subprincípios da Iconicidade (subprincípio da quantidade, subprincípio da integração e o subprincípio da ordenação linear) propostos por Cunha, Costa, Cezario (2003) demonstrar as relações entre forma e conteúdo presentes nas construções de *por exemplo*. O desenvolvimento desta pesquisa envolveu a análise de construções de *por exemplo* que fazem parte de diferentes variedades do português falado, extraídos do *Corpus Lusófono*. E, também, análise das construções de *por exemplo* em textos escritos, de cunho pessoal, coletados de *blogs* do site www.blogglobo.com.

Palavras-chave: Construções de *por exemplo*; Teoria da Estrutura Retórica; Iconicidade

1- Introdução aos estudos do conector *por exemplo*

No momento da produção de um texto, principalmente do tipo argumentativo, o produtor tende a utilizar inúmeros recursos e estratégias para que o seu objetivo comunicativo seja alcançado. Um dos recursos que o produtor lança mão no momento da interação é o uso do conector *por exemplo*. Assim, podemos dizer que o produtor elege o uso desse item se possui a intenção de detalhar, acrescentar e especificar ou mesmo focalizar uma informação a fim de convencer o leitor de uma determinada ideia.

Devido à complexidade do tema em questão, faz-se necessária a descrição do processo de investigação de *por exemplo*. Nesse sentido, vale lembrar que o trabalho sobre *por exemplo* começou na iniciação científica, na Universidade Federal de Juiz de Fora, com a professora Nilza Barrozo Dias¹. Nessa época, as investigações sobre esse conector faziam parte de um projeto maior sobre enunciados apositivos, denominado “Enunciados apositivos: estatuto sintático, semântico e pragmático”. Nesse projeto, nossa tarefa era encontrar as regularidades dos enunciados apositivos, o que nos levou a constatar que *por exemplo* era um dos conectores mais recorrentes dos dados investigados.

Os dados utilizados nesse período da pesquisa foram amostras de fala do corpus do Peul e Nurc. Os dados escritos contaram com as páginas amarelas da revista *Veja*.

O nosso olhar investigativo em relação ao conector *por exemplo* nos mostrava inúmeras possibilidades de estudo. Assim, partimos para o mestrado em busca de novos comportamentos e funções. Nesse momento, pelas análises realizadas nas amostras de fala do Projeto de Conceição de Ibitipoca, na Sessão de entrevista da revista *Cláudia* e da Revista *Veja* e na revista científica *Veredas* encontramos, em plano sincrônico, diversos papéis desempenhados por *por exemplo* numa construção. Portanto, denominamos *por exemplo não*

¹ A professora Nilza Barrozo Dias, atualmente, é professora adjunta da Universidade Federal Fluminense/UFF.

apositivo quando esse item não cumpre as relações semânticas de correferencialidade e geral-específico, possuindo como característica principal a focalização de uma informação anafórica ou catafórica.

Retomando o exemplo de Costa (2008), temos:

- (01) Os nativos do português realizam padrões silábicos simples do tipo v e cv no início da aquisição da língua, tal como em estágios linguísticos pigdnizantes (cf. Hall, 1966; Valdman, 1977; Todd, 1974; Mühläusler, 1986; Holm, 1993, *por exemplo*), razão por que produzem “oto” ao invés de “outro”, “coto” por “biscoito”. (*Enfoques de pesquisa sobre a relação língua e sociedade – Maria Cecília Mollica. Veredas, Vol. 8*)

No exemplo (01), verificamos a ausência das relações geral-específico e correferencialidade (parcial). Podemos perceber que a função primeira, neste exemplo, é evidenciar uma informação, que, neste caso, são as sugestões de referências bibliográficas.

É possível notarmos que a focalização das informações acima dá suporte, sustentação acerca do assunto tratado. Sendo assim, podemos dizer que a focalização é uma estratégia argumentativa utilizada pelo autor para convencer o leitor a aderir seu ponto de vista.

Além de *por exemplo* não apositivo, pudemos encontrar *por exemplo* **apositivo**, aquele que apresenta as relações de correferencialidade e geral-específico.

- (02) **INQ.**- Eh...agora vô te perguntá algumas coisas assim sobre:: umas datas e uns lugares pra vê se você cunhece, pra...pra contá alguma história...qualqué coisa que passá, se ocê lembrá e eu não te perguntá você pode falá...*por exemplo, o dia três de maio é o dia da Santa Cruz e::ainda é custume das pessoas daqui irem até o cruzero, nesse dia, pra rezá?* (Entrevista Raquel/ *Corpus de Conceição de Ibtipoca*)

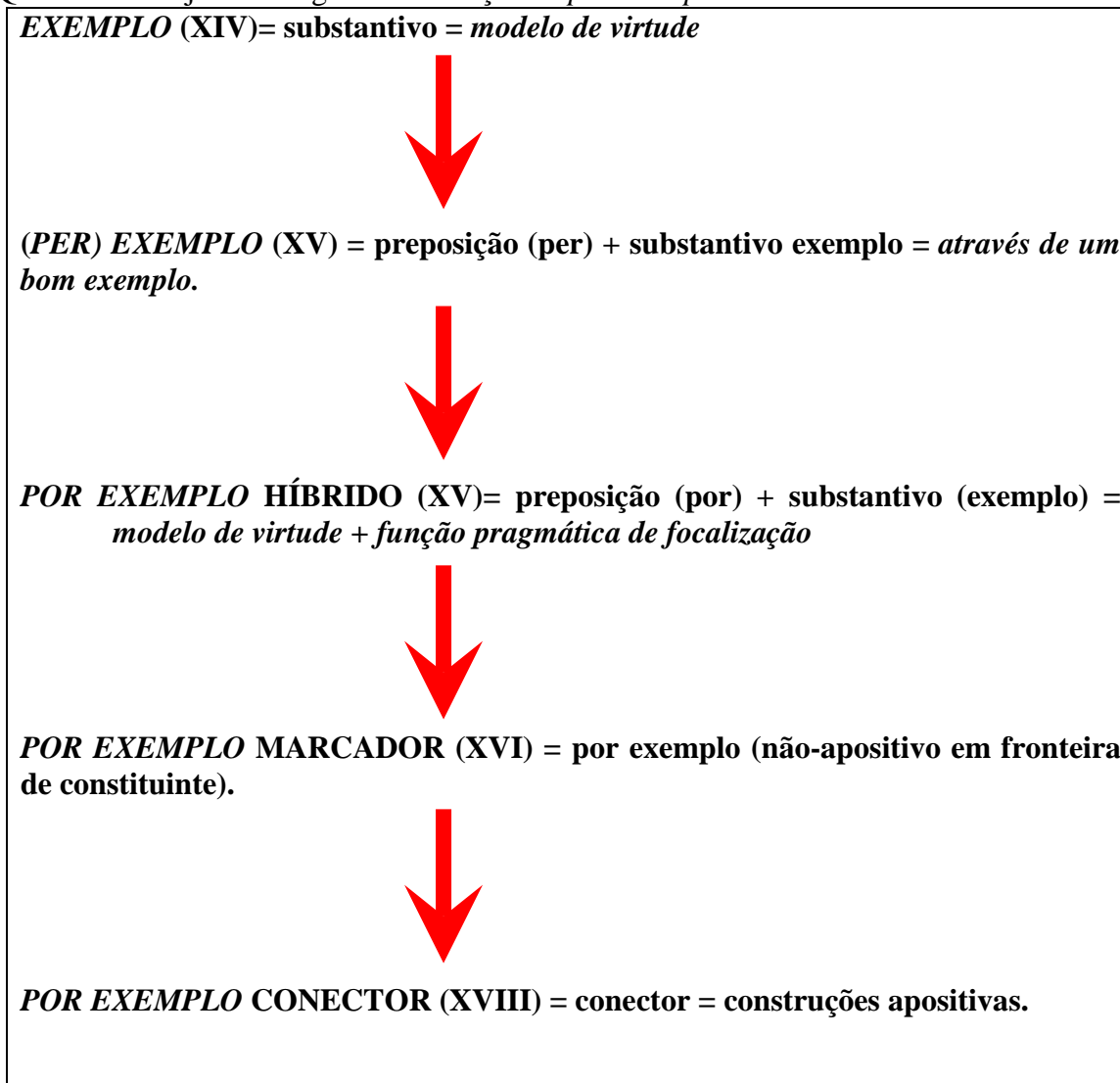
No exemplo (02), é possível percebermos, na construção, as relações semânticas de correferencialidade (parcial) e geral-específico. Isto é, o trecho, em negrito, retoma e especifica o que foi dito na unidade base.

Nesse caso, a função primordial dessa construção é a exemplificação e especificação a fim de sustentar o que fora dito na unidade base sublinhada.

Descritas algumas funções do conector, passamos à pesquisa diacrônica, no *Corpus Informatizado do português* (séculos XIII, XIV, XV, XVI, XVII, XVIII, XIX e XX) a fim de justificar as ocorrências encontradas no plano sincrônico. Nessa busca histórica, a primeira forma que encontramos de *por exemplo* foi o substantivo exemplo, no século XIV. Foi somente a partir do século XV que encontramos *por exemplo*, em forma de *per exemplo*. Finalmente, no século XVII, *por exemplo* não apositivo é encontrado e, no século XVIII, *por exemplo* apositivo.

O quadro a seguir mostra o percurso histórico de *por exemplo*, desde o século XIV.

Quadro I: A trajetória da gramaticalização de *por exemplo*.



Fonte: Costa (2008)

A partir da investigação diacrônica apresentada, percebemos a importância do estudo da gramaticalização, teoria que contribuiu fundamentalmente para o entendimento do item em estudo, o conector *por exemplo*.

2- Novos olhares sobre o conector *por exemplo*

Ainda com muitas questões sobre as construções de *por exemplo*, partimos para o doutorado a fim de investigar questões que fossem além do estudo de articulação de orações. Dessa forma, penetramos pelo estudo da Teoria da Estrutura Retórica (RST) com o objetivo de esclarecer, em plano hierárquico de análise, a organização textual pretendida pelo produtor nas construções de *por exemplo*, levando em consideração a relação existente entre a relação semântica geral-específico encontrada no estudo de articulação de orações, realizado por Costa (2008) e a(s) proposição (ões) relacional (is) encontradas no estudo da RST. Acreditamos que há construções de *por exemplo* em que a relação semântica geral-específico

pode ser considerada equivalente à relação retórica de elaboração. Isso ocorre, pois, em determinadas construções, ambas as relações desempenham basicamente a mesma função: a unidade B específica, acrescenta detalhes, a fim de levar o leitor a aderir à proposta do produtor. De acordo com Decat (2010, p.167), “funções semânticas, exibidas pela articulação entre orações, num nível micro de organização textual, podem ser equivalentes às relações retóricas consideradas num nível macro da organização do discurso”.

Além disso, pretendeu-se, também, investigar, neste trabalho, a relação que existe entre as funções encontradas na construção e a quantidade de estruturas que serviu para representá-las. De acordo com Butler (2003), essa relação de correspondência é possível, já que existem fatores (fatores de pressão) que atuam sobre a língua e que dão forma às expressões linguísticas. Dentre esses fatores, é relevante aos objetivos deste trabalho o princípio da não arbitrariedade, segundo o qual há algum grau de similaridade entre a forma e o conteúdo das expressões linguísticas.

Nesse sentido, de acordo com os princípios do funcionalismo, foi fundamental e justificou-se a realização de um trabalho que procurasse comprovar as regularidades no uso de estruturas em que ocorre o item *por exemplo*, constatando, de forma efetiva, se a organização retórica dessas construções acontece, realmente, quando há equivalência entre a função semântica geral-específico e a relação retórica de elaboração presentes no segmento de *por exemplo*. Além disso, confirmar, também, a relação entre forma e conteúdo, prevista pelos princípios do funcionalismo e da Iconicidade.

O desenvolvimento desta pesquisa envolveu a análise de construções de *por exemplo* que fazem parte de diferentes variedades do português falado, extraídos do *Corpus Lusófono*². E, também, análise das construções de *por exemplo* em textos escritos, de cunho pessoal, coletados de *blogs* do site *www.blogglobo.com*.

Como dito anteriormente, quando o produtor de um texto seleciona, para a confecção do texto, o conector *por exemplo*, é possível dizermos que há intenção de convencer o leitor de uma determinada ideia. Assim, a escolha desses dados ocorreu a partir do caráter argumentativo que esses *corpora* possuem. O *Corpus Lusófono* constitui-se de entrevistas realizadas com pessoas de diferentes regiões do mundo cuja língua oficial é o português. Essas entrevistas apresentam um cunho argumentativo forte e, por isso, a alta recorrência do conector *por exemplo*. Os *blogs* analisados são relatos pessoais, que, muitas vezes, apresentam uma opinião e defesa de ponto de vista sobre um determinado assunto.

Levando em consideração o caráter dos *corpora* selecionados para fazer parte desta pesquisa, vale mencionar que compreendemos a relevância de uma abordagem variacionista para as pesquisas em âmbito geral. No entanto, acreditamos que as investigações em torno das construções de *por exemplo* - que visam, de maneira geral, observar e descrever as relações que emergem a partir das porções de texto, encontrando, dessa forma, coerência na leitura dos dados e; ainda, identificar novas funções a partir do posicionamento de *por exemplo* - independem do estudo da variação linguística.

Para compreender a organização textual presente nos dados do presente trabalho, recorreremos às discussões propostas por Mann & Thompson (1985:4) sobre a teoria da organização do texto, um modo de entender quais tipos de partes o texto pode ter, como essas partes são conectadas e organizadas para formar um todo coerente. Essa teoria, que integra os

² O Corpus Lusófono está disponível em http://www.clul.ul.pt/sectores/linguistica_de_corpus/projecto_portuguesfalado.php

estudos funcionalistas da língua, é chamada *Teoria da Estrutura Retórica (Rethorical Structure Theory – RST)*³.

No que tange à organização textual, essa teoria leva em consideração a estrutura hierárquica do texto. Mann e Thompson (1983) afirmam que, para o reconhecimento hierárquico das estruturas, o primeiro passo é a divisão do texto analisado em unidades. Taboada (2006) assinala que as unidades são identificadas antes da análise do texto e que a análise depende das unidades e as unidades dependem de como a análise será realizada. No entanto, destaca que as orações independentes representam a divisão mais usual. Esse método é utilizado para que se possam visualizar as porções de texto e a combinação existente entre elas e, logo a partir do processo de interpretação/intuição, inferir a(s) relação(ões) retórica(s) responsável(is) pela unidade e coerência do texto.

A coerência, fator relevante na análise textual, é atribuída às partes do texto que se unem para formar um todo contínuo. Essa coerência, presente na organização do texto, é sempre identificada. Segundo Mann (1984) “atribuímos ao poder cognitivo dos indivíduos o reconhecimento da estrutura organizacional do texto e sua respectiva coerência”. Nesse sentido, acredita-se que a organização textual será estabelecida de acordo com o relacionamento hierárquico de relações presentes entre as partes do texto. Tais relações estão ligadas às escolhas que o usuário faz da língua para organizar o seu texto, a partir da sua intenção comunicativa e a avaliação que ele faz do interlocutor.

Segundo Mann e Thompson (1988), quem determinará qual informação será central ou periférica será o próprio leitor.

“Tais julgamentos se tornam, em geral, fáceis de fazer, embora possa haver casos problemáticos; a análise de textos de partes de núcleo e satélite hierarquicamente organizados reflete o fato que os leitores fazem tais julgamentos como parte de sua compreensão de textos, e os escritores constroem textos esperando que eles sejam capazes de fazer isso”.

Dessa forma, segundo a RST, é possível encontrar as seguintes relações organizacionais: relação *núcleo-satélite*, em que parte do texto, o satélite é ancilar à outra, o núcleo, servindo-lhe de subsídio para sua interpretação. Nesse tipo de organização textual, algumas porções são percebidas e então refletidas como centrais, enquanto outras são percebidas e refletidas como suplementares, subordinadas ao objetivo central.

De acordo com Mann (1984:3), geralmente o núcleo é capaz de “substituir” a mensagem de todo o texto. No entanto, muitas vezes, o produtor acredita não ser suficiente tal informação e então, acrescenta outros dados informacionais (satélite) para garantir a compreensão pelo falante. Não há designação de parte central e periférica em termos de importância de informação; a parte central não significa maior importância na informação. Acredita-se que ambas possuem sua importância e sua função dentro da unidade, assim, a parte central e a periférica, juntas, formam um texto e, também, a relação retórica.

Nesse sentido, vale dizer que para definir uma relação retórica, é necessária a identificação de uma relação entre duas partes de texto. E, como o analista não tem acesso ao produtor do texto, então recorre-se aos julgamentos de plausibilidade (Mann e Thompson, 1988) para estabelecer a relação entre textos. Mann e Thompson (1988), Taboada (2006) afirmam que, para julgar as relações que emergem das partes do texto, o analista faz os

³ A RST não é uma teoria limitada, isto é, foi desenvolvida para dar conta de outros aspectos além da organização textual e proposições relacionais. Segundo Mann & Thompson (1983) essa teoria surgiu a fim de compreender o texto, suas partes e como tais partes são geradas.

juízos de plausibilidade, levando em consideração o contexto e as intenções do escritor. Nesse sentido, analisadas as partes do texto, será estabelecida a relação que define as relações retóricas de um texto. Uma lista de aproximadamente vinte e cinco relações foi estabelecida por Mann e Thompson (1983): elaboração, antítese, concessão, avaliação, motivação, reformulação, causa involuntária, causa voluntária, condição, circunstância, alternativa, fundo, evidência, justificativa, interpretação, capacitação, propósito, resultado involuntário, resultado voluntário, resumo, solução, contraste, lista, sequência, união.

Dessa forma, a definição da relação retórica responsável pela conexão entre as unidades de *por exemplo* implicará na investigação das condições que ligam as duas porções do texto apositivo. Assim, o presente trabalho definirá tais condições com base nas: a) restrições sobre o núcleo, b) restrições sobre o satélite, d) e restrições feitas na combinação entre núcleo e satélite. Isto é, na análise dos dados de *por exemplo*, é necessário compreender qual é a função da unidade base, qual é a função da unidade apositiva e a função dessas unidades quando combinadas, a fim de que sejam comprovados, de fato, o modo como os itens foram organizados e a relação retórica estabelecida entre as porções de texto desse item.

No entanto, vale lembrar que é possível, ainda, a partir da análise das porções de texto, verificar se entre tais porções emerge mais de uma relação retórica. A RST postula a possibilidade para a escolha das relações, isto é, o analista, ao dividir as unidades do texto, elege uma relação que pode estar em discordância com a relação eleita pelo outro analista. Assim, é fato que um texto pode abrigar mais de uma alternativa na interpretação das relações; no entanto, para que se chegue a um determinado consenso entre os analistas, é necessário que sejam levados em consideração aspectos funcionais e semânticos, a fim de verificar como o texto produz o efeito desejado em seu possível receptor. No entanto, esse consenso não garante a efetividade na análise textual, é necessária a presença de um elemento textual (os marcadores discursivos) que indique a relação entre as partes do texto. Contudo, vale dizer que o elemento encontrado no texto é apenas uma *indicação, um norte e não um traço definidor*. Corroborando com essa ideia, Taboada (2006) argumenta que os marcadores discursivos são apenas *guias* para o reconhecimento das relações textuais. Esses marcadores nunca são suficientes para identificar uma relação particular, mesmo porque alguns conectores podem ser utilizados para sinalizarem diferentes relações retóricas. No entanto, a autora, baseando-se nos estudos de Harberlandt (1982), acrescenta que a leitura se torna mais rápida quando o marcador discursivo está presente. No caso do conector *por exemplo*, ele orienta a leitura para a identificação da relação de elaboração; no entanto, não serve como um traço definidor, mesmo porque, em outros contextos, ele sinalizará, também, outras relações retóricas.

Ainda na perspectiva organizacional do discurso, observamos, nos dados analisados, uma relação entre *forma* (código linguístico) e *função* (conteúdo) que garante um movimento de organização do discurso em função de torná-lo mais adequado à situação comunicativa em questão.

Essa relação existente entre forma e conteúdo assumiu grande destaque na Sociolinguística e Gramática Funcional a partir dos anos 80 em função do trabalho do filósofo americano Charles Sanders Peirce, que notou que o signo mantém relação de similaridade com o objeto, que a linguagem verbal de algum modo mantém relações de iconicidade com o mundo não linguístico, a sintaxe das línguas naturais não é totalmente arbitrária, e sim isomórfica ao conteúdo, discordando da ideia de total arbitrariedade que imperou no início do século XX com Ferdinand de Saussure.

O precursor da ideia da não arbitrariedade linguística mostrou, através do que chamou de Iconicidade diagramática, que não há necessariamente uma relação idêntica entre forma e função, pois itens ou construções gramaticais se transformam estruturalmente, em determinados ambientes linguísticos, a fim de servir às novas funções gramaticais. A partir

desse princípio, Charles S. Peirce consegue abarcar investigações de fenômenos importantes, como é o caso da gramaticalização, cuja forma está a serviço da função. Corroborando com as ideias desse autor, Neves (1997) diz que a estrutura analisada (função) está sempre por se estabelecer.

De acordo com Cunha, Costa, Cezario (2003) um exemplo que representa bem o que dissemos anteriormente é o uso do sufixo *-inho*, que, primeiramente, indica tamanho e de acordo com o processo histórico, pode, também, ter um valor afetivo, ou pejorativo. Sendo assim, apenas uma forma é capaz de representar diversas funções em diferentes contextos comunicativos.

Solidificada a concepção de que a língua é uma estrutura maleável e que muda a partir das interações realizadas entre os participantes, Cunha, Costa, Cezario (2003) propõem três subprincípios que norteiam o estudo da iconicidade e serão capazes de demonstrar as relações entre forma e conteúdo presentes nos dados de *por exemplo*. O **subprincípio da quantidade** averigua se há uma relação proporcional entre quantidade de informação e quantidade da forma. Assim, quanto maior a quantidade de informação, maior a necessidade de construções. O **subprincípio da ordenação linear** verifica-se a ordem dos termos reflete os interesses pretendidos pelo produtor, isto é, se a informação considerada mais importante para o produtor aparece em primeiro plano na construção. E, por fim, o **subprincípio da integração** investiga se os conteúdos que estão mentalmente conectados estão, também, sintaticamente atrelados. Segundo Neves (1997), quanto maior a distância conceptual⁴, maior a distância linguística entre expressões. Nesse sentido, vale lembrar, ainda, a contribuição de Fodor (1998) que argumenta dizendo que, quando falamos em conteúdos mentalmente conectados, levamos em consideração o processamento de informações. Assim, a mente é um computador que processa e mapeia conteúdos a partir de propriedades causais e lógicas.

A partir da discussão acima realizada, observemos os dados a seguir, que fazem parte da pesquisa que subjaz a este trabalho.

- (03) E isso, esse orgulho, pode se sentir nas ruas, até entre os mais descamisados. Os argentinos são formais, porque se consideram civilizados. Buenos Aires, *por exemplo*, tem mais livrarias que o Brasil todo. E a você, que acha o Rio de Janeiro “a cidade mais bonita do mundo” eu lhe digo: vá a Buenos Aires e aprenda de uma vez por todas a diferença entre uma cidade e sua localização geográfica – o Rio é uma cidade horrorosamente favelada, uma espécie de ferida aberta bem no meio de uma paisagem de tirar o folego. (<http://bloglog.globo.com/aguinaldosilva/>)

O exemplo (03) ratifica a discussão apresentada anteriormente, pois na construção analisada há presença da relação semântica geral-específico. O satélite é capaz de especificar o que estava sendo dito anteriormente, no núcleo: “Os argentinos são mais formais porque se consideram mais civilizados”. Nesse sentido, é possível verificarmos a emergência da relação retórica de elaboração, já que, nos termos da RST, o satélite especifica, exemplifica e adiciona detalhes à estrutura contida no núcleo. Por isso, podemos dizer que, nesse caso, encontra-se equivalência, pois a relação retórica de elaboração é localizada simultaneamente à relação semântica geral-específico.

Reconhecida a organização retórica pretendida pelo autor, seguimos a análise a fim de compreendermos a não arbitrariedade entre forma e função. No exemplo (03), podemos perceber que devido à necessidade de especificar, explicar o que foi dito no núcleo, o autor recorre, no satélite, a um complexo oracional, lançando mão de diversas estruturas.

⁴ De acordo com Gomes (2008), podemos compreender a palavra “Conceitual” como as ideias, os conteúdos que o indivíduo deve saber.

Além do subprincípio da quantidade, podemos perceber o subprincípio da integração: o conteúdo do núcleo, expresso na unidade base, está mental e sintaticamente conectado ao conteúdo do satélite, expresso na unidade apositiva da construção. O que foi dito no satélite “Buenos Aires, **por exemplo**, tem mais livrarias que o Brasil todo. E a você, que acha o Rio de Janeiro “a cidade mais bonita do mundo” eu lhe digo: vá a Buenos Aires e aprenda de uma vez por todas a diferença entre uma(...)” é integrado, por meio do conector *por exemplo*, ao que foi dito sobre a formalidade e civilização dos argentinos, no núcleo. Recuperando as ideias de Fodor (1998), lembramos que a mente é um computador que mapeia conteúdos a partir das propriedades causais lógicas. Assim, a informação contida no núcleo é a causa para que o autor mapeie e então elabore, na unidade subsequente, informações necessárias para que o leitor compreenda, de fato, a intenção do produtor do texto.

E, por fim, notamos o subprincípio da ordenação linear. Nesse sentido, é possível perceber, no exemplo (03), que a intenção primordial do autor é sustentar um ponto de vista. O autor utiliza argumentos para convencer o leitor da ideia contida no núcleo e, por isso, os argumentos mais convincentes ocorrem em primeiro plano, após a introdução do conector, quando o autor utiliza a especificação como estratégia de convencimento.

Dessa forma, é possível dizermos que a ordem dos termos reflete os interesses pretendidos pelo autor. A forma organizacional apresentada no exemplo (03) representa a grande maioria dos dados (68,86%) das investigações realizadas na pesquisa.

Se o autor tivesse outros interesses, esses seriam materializados de maneira diferente.

A fim de compreender mais sobre os interesses do autor, observemos o exemplo (04) a seguir.

(04)(...) problemas ecológicos, como disse, já dei há bocado o exemplo, acontecem em Angola permanentemente e acontecem desde a independência de Angola. a transferência de populares, camponeses, **por exemplo**, do planalto central para as regiões de Luanda, regiões de Benguela e Lobito, o Namibe inclusivamente, em que eles vêm com hábitos culturais do Lubango, do Huambo, por exemplo, da província do Huambo, onde chovem mil e seiscentos milímetros por ano, e vão para as zo[...], zonas semi-áridas, mas as técnicas de cultivar são as mesmas que eles utilizavam no Huambo. (Corpus Lusófono – título: A guerra e o ambiente/ Angola-Luanda/1997)

No exemplo (04), já não é possível notar a presença da relação semântica geral-específico. A unidade (B), nesse caso, já não possui a função de especificar e, sim, focalizar um referente da unidade anterior (A). Diante disso, podemos dizer que não há presença da equivalência entre a relação semântica geral-específico e a relação retórica de elaboração, mesmo porque a relação semântica não está presente.

No entanto, vale ressaltar que ainda é possível percebermos a manifestação da relação retórica de elaboração, pois detalhes são acrescentados no satélite a fim de facilitar a compreensão daquilo que foi dito no núcleo.

Nesse sentido, podemos dizer que, quando o produtor não opta pela função generalização/especificação de uma informação, então ele aposta na focalização de uma determinada informação. Nesse caso, *por exemplo* assume, prioritariamente, a função de focalizar o elemento subsequente: “por exemplo do planalto central para as regiões de Luanda, regiões de Benguela e Lobito, o Namibe inclusivamente, em que eles vêm com hábitos culturais do Lubango (...)”, que foi inserido pelo produtor como estratégia argumentativa.

A posição que o conector ocupa, entre fronteira de constituintes, é estratégia para que o produtor tenha o seu interesse garantido, assim; entre fronteira de constituintes, *por exemplo* atende ao subprincípio da ordenação linear, previsto pelo princípio da Iconicidade.

É possível reconhecermos no satélite do exemplo (04) a emergência da relação retórica de elaboração, pois muitas informações e detalhes são acrescentados ao que havia sido dito no núcleo por meio do conector *por exemplo*, o que caracteriza a conexão entre os conteúdos, atendendo ao princípio da integração. E, ainda, é possível percebermos, nesse exemplo, que o acréscimo de informações no satélite ocorreu a partir de uma gama de estruturas, um complexo oracional, utilizadas pelo produtor para atender aos seus interesses comunicativos, obedecendo, então, o subprincípio da quantidade.

Vale dizer que a organização das porções de texto apresentada no exemplo (04), representa 26,94% dos dados analisados, quantidade consideravelmente menor àquela anteriormente citada. Os outros 4,20% dos dados restantes são exemplos não analisáveis, seja por excesso de truncamentos, hesitações ou mesmo deficiência de contexto.

3- Considerações finais

A partir das análises realizadas até então, podemos dizer que as porções de texto, de acordo com os princípios da RST, são organizadas de modo que o autor atinja seu objetivo inicial. Segundo as análises dos dados, é possível dizer que o produtor, ao utilizar o conector *por exemplo* na construção do texto, está fadado a argumentar. E, para isso, leva em consideração as estratégias argumentativas utilizadas que variam entre a generalização/especificação ou focalização.

Essas estratégias são utilizadas de acordo com os interesses do produtor e materializadas pelos princípios da Iconicidade previstos pelo funcionalismo: os subprincípios da quantidade, da integração e da ordenação linear foram atendidos.

4. Referências

BUTLER, C. S. *Structure and function: a guide to three major structural-functional theories. Part 1: approaches to the simple clause*. Amsterdam: John Benjamins, 2003.

COSTA, Rafaela Domingues. *A multifuncionalidade e trajetória de por exemplo*. 2008.122f. Dissertação (Mestrado em linguística) – Programa de Pós graduação em Linguística, Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora.

CUNHA, M.A.F da; COSTA, M.A & CEZARIO, M.M. *Pressupostos teóricos fundamentais*. In: CUNHA, M.A.F da; OLIVEIRA, M. Rios de; MARTELOTTA, M.E. (orgs). *Linguística Funcional: Teoria e Prática*. Rio de Janeiro: DP&A, p. 29-55, 2003.

DECAT, Maria Beatriz N. *Estrutura retórica e articulação de orações em gêneros textuais diversos: uma abordagem funcionalista*. In: MARINHO, J.H.C; SARAIVA, M.E.F (orgs). *Estudos da língua em uso: da gramática ao texto*. Belo Horizonte: Editora UFMG, p.231-262, 2010.

Fodor, J.D., *Learning to parse? Journal of psycholinguistic research*. New york. 27, 2, 285-319. 1998.

MANN, W. C.; THOMPSON, S. A. A. *Rhetorical Structure Theory: Toward a functional theory of text organization*. v. 8. n. 3 Berlin, 1988.

MANN, William C. and Sandra A. Thompson. *Relational propositions in discourse*. California: University of Southern California, 1983.

MANN, William C. *Discourse Structures for Text Generation*. California: University of Southern California, 1984.

MANN, William C., and Sandra A. Thompson. *Assertions from discourse structure*. Eleventh Annual Meeting of the Berkeley Linguistics Society. Berkeley 1985.

NEVES, M. H. M. *A Gramática Funcional*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

TABOADA, M. *Discourse Markers as Signals (or Not) of Rhetorical Relations*. In: *Journal of Pragmatics*. Digital Object Identifier (<http://www.doi.org/>),2006